

O que o governo não mostrou no orçamento

Entre outras coisas, o déficit, em 87, poderá ser maior que o previsto nas contas enviadas ao Congresso.

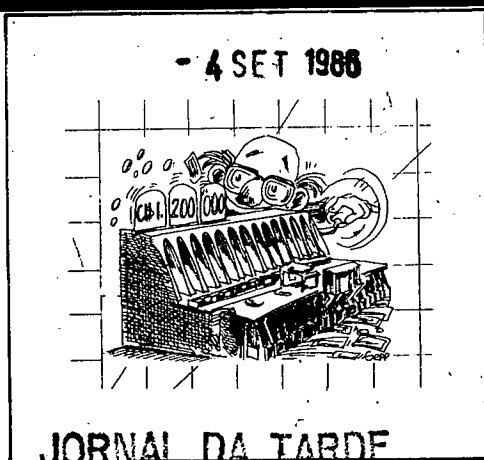
O déficit público — agora chamado de necessidade de financiamento — previsto no orçamento do governo para 1987 é, na realidade, de Cz\$ 143,7 bilhões e não de Cz\$ 95,4 bilhões, conforme se anunciou oficialmente. A opinião é de Eurico Ueda, professor-doutor da Faculdade de Economia e Administração da USP, da Fundação de Pesquisas Econômicas e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia na PUC. Ele também lembra que o documento é pouco transparente na destinação de seus recursos, na definição da parcela que será destinada às estatais e generoso na retórica, sem correspondência de verbas, sobre as prioridades sociais.

Segundo Ueda, os Cz\$ 95,4 bilhões incluem, conforme informa o próprio governo, o total de encargos (juros, serviços, etc.) das dívidas externa e interna, que somam Cz\$ 78,9 bilhões. No entanto, deixam de lado os Cz\$ 48,3 bilhões necessários à amortização de parte dessas mesmas dívidas. Somados o déficit e a amortização, tem-se então os Cz\$ 143,7 bilhões que formam o total da necessidade de financiamento de 1987.

O economista tem três hipóteses sobre a não inclusão desses Cz\$ 48,3 bilhões no montante do déficit: "O governo sabe que a amortização da dívida externa (Cz\$ 42,2 bilhões) será rolada automaticamente, pois já negociou mecanismos para isso, ou confia em realizar essa rolagem, o que, para o público externo, parece ainda bastante incerto. Ou então está fazendo uma operação no escuro".

O orçamento apresentado ao Congresso na verdade só confirma que o déficit é de Cz\$ 143,7 bilhões, conforme Ueda. E isso através de uma artimanha para captar recursos para cobrir as necessidades de financiamento. Se até a definição dos Cz\$ 95,4 bilhões as receitas não consideravam operações de crédito (lançamentos de títulos no mercado interno e empréstimos externos) e as despesas excluíam as amortizações, ao se definir a "receita de capital" elas surgem.

Para cobrir o déficit, diz o professor, se apela então para a "receita de capital", rubrica utilizada para fechar o orçamento. Ela é formada por operações de crédito internas no valor de Cz\$ 95,3 bilhões e por operações de crédito externas, de Cz\$ 48,4 bilhões, que, somados os Cz\$ 24 milhões de outras receitas indefinidas, totalizam os Cz\$ 143,7 bilhões, valor real da necessidade de financiamento, reafirma Ueda. Ou seja, se a amortização da dívida não é rolada, se faz um empréstimo para a sua cobertura.



Coerência política

Eurico Ueda diz que a montagem do orçamento sobre a previsão de inflação zero é coerente com a política econômica do governo. "Não cria expectativas inflacionárias", explica. Mas lembra que a arrecadação de receitas correntes (impostos, tributos, etc) aumenta em 11,3%, ou seja, acima dos 7% previstos para o crescimento do PIB. "Isso significa que a elasticidade de renda de arrecadação está na previsão de cerca de 1,6%, o que é alto, pois o normal é 1 ou menos que 1. Quer dizer, se o produto cresce 7%, a arrecadação também cresce 7%. Como o aumento projetado é de 11,3%, ou o governo está trabalhando com uma taxa de inflação embutida em torno de 4,3% ou está acreditando numa maior eficiência da arrecadação. Ou, ainda, se trata de um erro de estimativa."

Porém, o professor acredita que a inflação não será zero e que, de fato, haverá um excesso de arrecadação pelo governo. "Se admitirmos uma inflação de 12% ao ano e projetá-la sobre os Cz\$ 370 bilhões de arrecadação de 1986, teríamos aproximadamente Cz\$ 44 bilhões de excesso".

Despesas inexplicadas

Os Cz\$ 101,3 bilhões de "outras despesas de capital" não estão bem detalhados para o economista. Ele não sabe para onde eles vão. Se para investimentos, para as estatais, para outros setores. Ueda lembra que as estatais terão recursos do Tesouro, mas isso não está detalhado no orçamento.

Outro item que provoca dúvidas no documento é o valor de Cz\$ 6,09 bilhões, reservados para amortizar a dívida interna, que

está em torno de Cz\$ 360 bilhões e tem prazo de pagamento, conforme um relatório do Banco Central de 1985, de 10 meses e 11 dias. "Se em maio, por exemplo, vencesse 20% dessa dívida, o governo teria de resgatar algo em torno dos Cz\$ 70 bilhões", argumenta. E pergunta: "qual será a mágica para reservar poucos recursos para pagar uma dívida de curto prazo e alto valor? Vai emitir dinheiro? Vai fazer empréstimos? Vai rolar? E se rolar, como será feita a rolagem? Eu francamente não sei".

Retórica sem recursos

Embora o governo esteja anunciando que aumentou os recursos dirigidos às prioridades sociais, Ueda apresenta uma versão diferente. Os números: em 1986, o "programa prioridades sociais" teve recursos de Cz\$ 50,7 bilhões. Em 1987 a previsão é de Cz\$ 76,5 bilhões, com um crescimento de 51%. "Na verdade, os valores permanecem os mesmos do ano passado, uma vez que os subsídios para os estoques reguladores e para a comercialização do trigo vão consumir cerca de Cz\$ 10 bilhões desses Cz\$ 25 bilhões acrescentados este ano. E essa rubrica é de difícil configuração como programa social global", argumenta.

Ueda também deixa claro que, quando se fala em prioridades sociais, o que importa são os acréscimos de recursos, e não a participação no total deles. Assim, ele relaciona alguns desses acréscimos: Indústria e Comércio — 450%, Interior — 270%, Desenvolvimento Urbano — 392%, Exército — 45,5%, Marinha — 39%, Ciência e Tecnologia — 45%, Educação — 13%, Saúde — 32%, Previdência — menos 20%, Presidência da República — 220%. "Não é que percentagens como a da Saúde sejam desprezíveis — elas são importantes — mas não correspondem a toda a retórica que vem sendo usada oficialmente".

Os encargos com pessoal, mantidos congelados no orçamento, também não convencem Eurico Ueda. Ele lembra que há o "gatilho" para a deflagração de reajustes salariais e com uma inflação de 1,25% ao mês, em torno de maio o funcionalismo terá que ser reajustado, custando pelo menos mais uns Cz\$ 10 bilhões ao governo. "E depois, na administração pública, há os sistemas de promoção, prêmios, gratificações (em São Paulo isso representa um acréscimo acumulativo entre 1 e 1,5% ao mês), que certamente elevarão a folha de pagamentos mensalmente, atingindo no final de 87 cerca de 20% acima da atual."